

O CENÁRIO DA PRODUÇÃO SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Andreza Barbosa – Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas – Email:

andrezab27@gmail.com

Júlia Cabral Rinaldi – Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas – Email:

jcrinaldi@outlook.com

Luciana Hitomi Tamura – Pontifícia Universidade Católica (PUC) Campinas – Email:

luciana.h.tamura@gmail.com

Introdução

O Ensino Médio se tornou pauta recorrente na sociedade brasileira a partir da imposição da Medida Provisória (MP) nº 746 de 2016 que foi convertida na Lei n. 13.415 de 2017 e promoveu mudanças profundas na organização da última etapa da educação básica, sobretudo em função da flexibilização curricular empreendida. A lei que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM) previa que cada sistema de ensino poderia organizar seus itinerários formativos da forma como lhe parecesse mais adequada (BRASIL, 2017). Nesse sentido, importa conhecer os primeiros movimentos realizados para implementação de tal reforma nos diferentes estados brasileiros.

Para isso, esse trabalho buscou levantar e analisar a produção acadêmica sobre o NEM desde a aprovação da MP de 2016 até 2023 por meio de uma revisão de literatura realizada junto a teses, dissertações e artigos científicos. A busca do termo “Novo Ensino Médio” trouxe 124 resultados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 170 no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES e 259 artigos no Portal de Periódicos da CAPES. Após excluir os trabalhos repetidos e aqueles que tratavam de questões muito pontuais (mudanças no ensino de uma disciplina específica ou o caso de um município ou escola), resultaram 159 trabalhos que foram lidos e tiveram suas principais contribuições agrupadas em 3 eixos de análise: (1) Concepção / fundamentação do projeto, (2) Implementação e (3) Reformas curriculares como foco.

Desenvolvimento

Com relação ao **primeiro eixo de análise**, observou-se que as pesquisas analisadas convergem ao fazerem críticas à concepção de educação adotada pela reforma

do Ensino Médio, apontando os aspectos reducionistas, neoliberais e privatistas, que auxiliam na propagação de uma visão neoliberal de currículo e da juventude.

Desta maneira, Barbosa e Souza (2019), por exemplo, discorrem sobre a reforma ser uma representação de um projeto de formação reducionista, pragmático e norteadas em direção aos jovens da classe operária. Esses autores apresentam um olhar crítico em torno do esvaziamento da educação dos estudantes nas instituições de ensino durante o Ensino Médio, principalmente no caso do ensino público, o que pode resultar no processo de afastamento dos mesmos do Ensino Superior. As pesquisas ainda sinalizam que a reforma difunde uma mensagem conformista com relação ao futuro dos jovens trabalhadores que encontrarão relações de trabalho precarizadas, daí a ênfase no protagonismo juvenil e no projeto de vida.

Nesse âmbito, também é comum a discussão sobre a culpabilização do indivíduo, autogestão, empreendedorismo e a necessidade de um "desenvolvimento humano resiliente" (ANDRADE, GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 116). Para Garcia, Czernisz, & Pio (2022, p. 29), o NEM contribui para "uma responsabilização individual a tirar de cena a discussão sobre a falta de postos de trabalho, a ausência de políticas públicas e a ausência do Estado no enfrentamento dos problemas sociais".

Os trabalhos analisados abordavam ainda o processo de implementação da reforma em diferentes redes de ensino. Nesse **segundo eixo de análise**, as pesquisas destacam a falta de diálogo com a sociedade sobre a reforma que foi disfarçada com as propagandas veiculadas pelo governo para enfatizar a importância e a urgência da implementação do novo modelo de ensino médio. Nesse sentido, trabalhos como o de Bezerra e Brito (2019) discutiram como a classe dominante busca conquistar o consentimento social em relação à reforma pelas propagandas nas redes de televisão, utilizando-se do conceito gramsciano de "hegemonia". É notório o discurso midiático em relação ao interesse do jovem no sistema de ensino, "frequentemente veicula-se nos meios que defendem o novo formato do ensino médio que o objetivo é tornar a escola de nível médio mais atraente e articulada com mundo em que se vive". (FÁVERO, COSTA, CENTENARO, 2019, p.667). Na pesquisa de Corrêa e Garcia (2019), existe uma análise da propaganda apresentada pelo governo e sua repercussão, mas os autores apontam como

a consulta feita para a população era tendenciosa apresentando de forma superficial os pontos da reforma que são normalmente valorizados pelas pessoas.

Muito autores também apontam a questão da carreira docente e dos profissionais que atuam na educação básica, já que o debate público também reforça a questão de uma falta de qualidade e “da falta de prestígio social da docência na Educação Básica, quando o argumento gira em torno da eficiência/eficácia, afinado com as ideias neoliberais” (CASAGRANDE, ADAM, 2018, p.276), que deram origem aos debates sobre a contratação de profissionais do mercado, com “notório saber”, para exercer a profissão docente e “melhorar” o ensino a partir da vivência e experiência advindas do sistema capitalista e empresarial.

Por fim, **o terceiro eixo de análise** reúne os trabalhos que abordavam o foco dado pelas políticas educacionais recentes nas questões curriculares. Neste sentido, muitos trabalhos discutiram as reformas curriculares implementadas recentemente, relacionando o Novo Ensino Médio à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Exemplo disso é o trabalho de Souza Neto (2020) que aborda como as reformas curriculares são centrais na agenda global estruturada com a intencionalidade de suprir as necessidades do mercado de trabalho, transformando a educação em um produto que visa os propósitos industriais capitalistas. Para esse autor, a fetichização do currículo atrai os discursos dos curriculistas como algo que se almeja alcançar, apontando o grande poder que se atribui às reformas curriculares.

As pesquisas também apontaram que o novo currículo do Ensino Médio, a partir dos itinerários formativos, também pode gerar ainda mais frustração nos jovens, já que seus processos individualizantes, a culpabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso (CARDOSO, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2021, p.63) disfarçados de liberdade de escolha, caminham para o reforço das agendas neoliberais. Santos (2020, p. 131) destaca que “os currículos ofertados aos estudantes, ditos como inovadores e personalizáveis, são cada vez mais individualizados e, também, cada vez mais padronizados”, chamando a atenção para um processo de mercantilização do currículo.

Considerações finais

Os trabalhos aqui analisados destacam o caráter reducionista da reforma atual do Ensino Médio, sua implementação autoritária, sem diálogo com a sociedade e forte apelo midiático e, também, destacam a centralidade das políticas curriculares na agenda internacional. Ressalta-se que nenhum dos 159 trabalhos fazem uma avaliação positiva do NEM.

Referências

ANDRADE, M. C. P; GAWRYSZEWSKI, B. Desventuras da educação brasileira e as ‘reformas’ atuais: educar para a produtividade do trabalho. **Eccos**, São Paulo, n. 47, p. 105-125, set./dez. 2018.

BARBOSA, C. S; SOUZA, J. C. L. O novo ensino médio de tempo integral: reducionismo, privatização e mercantilização da educação pública em tempos de ultraconservadorismo. **E-mosaicos**, v. 8, n. 10, p. 94-107, set./dez. 2019.

BEZERRA, V. de O.; DE BRITO, S. H. A. Em Busca do Consenso: “Novo Ensino Médio”, Intelectuais Orgânicos e Hegemonia. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 310-328, 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4. Acesso em: 15 out. 2021.

CARDOSO, S. S.; OLIVEIRA, L. M. V. de; OLIVEIRA, V. H. N.. Juventudes e neoliberalismo: interfaces para pensar o currículo do ensino médio. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 57-73, set. 2021.

CASAGRANDE, A. L.; ADAM, J. M. Ensino Médio de Período Integral, juventude e carreira docente: o caso de São Paulo. **Revista Prática Docente**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 263-278, 2018.

CORRÊA, S. S.; GARCIA, S. R. O. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 604–622, 2018.

FÁVERO, A. A., COSTA, D. R., CENTENARO, J. B. (2019). Reforma do Ensino Médio no Brasil e crise mundial da educação: uma análise reflexiva da flexibilização das humanidades na educação básica. **Ensino Em Re-Vista**, 26(3), 656–676.

GARCIA, S. R. O.; CZERNISZ, E. C. S.; Pio, C. A. ‘Novo’ Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. **Retratos Da Escola**, v. 16, n. 34, p. 23–38, 2022.

SANTOS, D. B. S. A constituição da flexibilidade no ensino médio brasileiro: estratégias políticas em ação. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unisinos, São Leopoldo.

SOUZA NETO, A. Tensões no novo ensino médio: projetos de currículos em disputa. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 27, p. 699–713, 2020.